Interessado: Prefeitura Municipal de Zacarias
Assunto: Convênio. Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais de Interesse Social - Cidade Legal. Décimo Quarto Termo de Aditamento. Prorrogação do prazo e alteração do plano de trabalho.

CONVENIENTE: Município de Zacarias
CNPJ: 65.708.760/0001-01

Objeto: Orientação e apoio técnicos às ações municipais de regularização de parcelamento do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana, assim definida por legislação municipal.

RECURSOS FINANCEIROS: não contempla repasse
ASSINATURA: 04-03-2009

PRORROGAÇÃO: 12 meses com vigência até 03-03-2021
MINUTA DO DÉCIMO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO: (fl. 453)

PLANO DE TRABALHO: (fls. 449 a 451/451 v.)
DESPACHO GS-CL de Autorização 118/2020 de 17-02-2020
Resumo: I - À vista dos elementos constantes do presente, em especial o Parecer CJ/SH 48/2016 (fls. 261 a 268/268 v.) e o Parecer Referencial CJ/SH 1/2019 (fls. 426 a 429) e a manifestação da Secretária Executiva do Programa Cidade Legal e da Chefia de Gabinete (fls. 454 a 455/455 v.). Autorizo conforme Resolução SH 026/2019 de 7 de fevereiro de 2019, e com fundamento no art. 12 do Decreto 52.052, de 13-08-2007, o aditamento do Convênio celebrado com o Município de Zacarias, de acordo com os elementos em epígrafe.

Extratos de Termos Aditivos
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 28172/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos
Objeto Sexto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 26-05-2014 a 25-05-2020
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 642109/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Monte Castelo
Objeto Segundo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 18-02-2020
Vigência: 08-06-2017 a 07-06-2020
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 235/02/2009
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista
Objeto Décimo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 12-02-2020
Vigência: 22-06-2009 a 21-06-2020
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 759554/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Luis Antônio
Objeto Terceiro Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 02-08-2016 a 01-08-2020
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 324417/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Nova Independência
Objeto Décimo Quarto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 13-02-2020
Vigência: 15-01-2010 a 14-01-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 318848/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Piquerobi
Objeto Décimo Segundo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 19-02-2020
Vigência: 11-02-2010 a 10-02-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 74963/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Itapuí
Objeto Quarto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 02-03-2018 a 01-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 49255/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Angatuba
Objeto Décimo Terceiro Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 312831/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Batatais
Objeto Décimo Terceiro Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 318732/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Franca
Objeto Décimo Terceiro Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 18-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 312999/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Itu
Objeto Décimo Sexto Termo de Aditamento

Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 406664/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Joanópolis
Objeto Décimo Sétimo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 472127/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Nova Europa
Objeto Décimo Segundo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 362133/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Nova Granada
Objeto Décimo Terceiro Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 436229/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Piedade
Objeto Décimo Sexto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 330970/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio
Objeto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 346949/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Santa Isabel
Objeto Décimo Segundo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 168278/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Santa Isabel
Objeto Décimo Segundo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 04-03-2009 a 03-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 318327/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Caiabu
Objeto Décimo Quinto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 09-03-2009 a 08-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 332487/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Nova Luzitânia
Objeto Décimo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 17-03-2010 a 16-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 368491/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Tapiraí
Objeto Sétimo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 17-02-2020
Vigência: 24-03-2014 a 23-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 324580/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Itaberá
Objeto Décimo Primeiro Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 29-03-2010 a 28-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 13/2018 – Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH/ 48953/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Alto Alegre
Objeto Décimo Quarto Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: Cláusula Sexta – Vigência.
Cláusula Aditada: Cláusula Primeira – Inclusão de núcleo denominado Residencial Basseto
Data da assinatura do Aditamento: 14-02-2020
Vigência: 11-03-2010 a 10-03-2021
Parecer CJ/SH 48/2016 e Despacho 020/2017
Cota CJ/SH 013/2018 e Parecer Referencial CJ/SH 1/2019
Parecer Referencial CJ/SH 100/2016 e Despacho 021/2017
Cota CJ/SH 014/2018 e Parecer Referencial CJ/SH 2/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH–nº 552242/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Cotia
Objeto Décimo Terceiro Termo de Aditamento

Cláusula Aditada: PRIMEIRA – Objeto (inclusão do núcleo denominado (“Recanto dos Vítims”)
Data da assinatura do Aditamento: 19-02-2020
Vigência de 13-10-2009 a 12-10-2020
Parecer Referencial CJ/SH 100/2016 e Despacho 021/2017
Cota CJ/SH 014/2018 e Parecer Referencial CJ/SH 2/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH–nº 243119/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Mira Estrela
Objeto Décimo Segundo Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: PRIMEIRA – Objeto (inclusão do núcleo denominado (“Condomínio Recanto Feliz”)
Data da assinatura do Aditamento: 19-02-2020
Vigência de 21-06-2012 a 20-06-2020
Parecer Referencial CJ/SH 100/2016 e Despacho 021/2017
Cota CJ/SH 014/2018 e Parecer Referencial CJ/SH 2/2019
Extrato de Termo Aditivo – Convênio não Oneroso.
Processo SH–nº 750199/2018
Convenente – Secretaria da Habitação.
Conveniadi – Prefeitura Municipal de Igarapava
Objeto Nono Termo de Aditamento
Cláusula Aditada: PRIMEIRA – Objeto (inclusão do núcleo denominado (“Nasser Antonio”)
Data da assinatura do Aditamento: 18-02-2020
Vigência de 28-09-2011 a 27-09-2020
Parecer Referencial CJ/SH 100/2016 e Despacho 021/2017
Cota CJ/SH 014/2018 e Parecer Referencial CJ/SH 2/2019

Infraestrutura e Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SIMA-17, de 6-3-2020

Define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, procedimentos, critérios técnicos e diretrizes para o estabelecimento de corredores ecológicos, de que trata a Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e o Decreto Federal 4.340, de 22-08-2002, e dá providências correlatas

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, Considerando o artigo 5º, XIII, da Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e que busca a proteção de grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas;

Considerando o artigo 18 do Decreto Estadual 60.302, de 27-03-2014, que determina que, para o estabelecimento das zonas de amortecimento e corredores ecológicos nas unidades de conservação, deverão ser observados os procedimentos, os critérios técnicos e as diretrizes indicadas em Resolução, da Secretária de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente;

Considerando o artigo 6º do Decreto Estadual 60.302, de 27-03-2014, que determina que a criação e expansão das áreas abrangidas pelo Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo - SIGAP, especialmente no que se refere à criação de unidades de conservação, instituição de zonas de amortecimento e corredores ecológicos, devem ser pautadas por estudos científicos, reconhecidos pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, admitida para tanto a utilização prioritária dos resultados do Programa Biota - FAPESP, especialmente as "Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo";

Considerando a necessidade de haver instrumentos e diretrizes que orientem políticas públicas que estimulem o aumento da conectividade da paisagem, e ao mesmo tempo deem segurança às atividades econômicas desenvolvidas;

Considerando o grau de fragmentação dos ecossistemas e alto número de espécies ameaçadas que demandam, para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquelas das unidades de conservação individualmente consideradas;

Considerando a importância de propiciar uma proteção efetiva do meio ambiente natural, reduzindo ou prevenindo a fragmentação de habitat, e considerando que os corredores podem ser compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício, assim consideradas áreas particulares destinadas a diferentes usos do solo, para as quais se busca uma estratégia de gestão integrada; e

Considerando que se pretende manter ou restaurar a conectividade da paisagem e facilitar o fluxo genético entre populações, aumentando as chances de sobrevivência, a longo prazo, das comunidades biológicas,
Resolve:
Artigo 1º - O estabelecimento de corredores ecológicos de que tratam a Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e o Decreto Federal 4.340, de 22-08-2002, deverá observar as diretrizes e critérios técnicos estabelecidos nesta Resolução.

§1º - O corredor ecológico deverá ser delimitado e normatizado no âmbito do processo de elaboração ou de revisão de um dos planos de manejo das unidades de conservação da natureza por ele conectadas, ou quando da criação de unidade de conservação.

Artigo 2º - Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se que:

I - corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, conectando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam, para sua sobrevivência, de áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais;

II - conectividade é o grau com que a paisagem facilita ou impede o movimento dos organismos entre fragmentos;

III - conectividade estrutural da paisagem são as relações físicas entre fragmentos naturais, a qual pode ser definida e quantificada baseada na distância entre os mesmos, densidade, largura e qualidade de rede de conexões, densidade de trampolins ecológicos e permeabilidade da matriz predominante na paisagem, sem considerar qualquer característica dos organismos de interesse;

IV - conectividade funcional pode ser definida e quantificada pelas respostas comportamentais dos organismos aos elementos da estrutura da paisagem, seja porque esses estão conectados por meio de uma continuidade estrutural, porque os organismos usam a matriz em que os fragmentos naturais estão inseridos ou porque as habilidades de dispersão dos organismos lhes permitem se deslocar entre fragmentos, percebendo-os como funcionalmente conectados;

V - estrutura da paisagem corresponde à heterogeneidade das unidades que a compõem e à sua configuração espacial.

Artigo 3º - A delimitação e normatização do corredor ecológico deverão considerar estudos técnicos sobre:

I - estrutura e conectividade da paisagem;

II - heterogeneidade de habitat terrestre, considerando a diversidade de tipologias vegetais, estádios sucessionais e ecótonos;

III - a heterogeneidade de habitats aquáticos, o gradiente espacial (horizontal e vertical) do corpo d’água e, quando couber, o levantamento de suas características físicas, químicas, e biológicas das comunidades no trecho sob avaliação;

IV - as características ambientais relacionadas à dispersão de espécies e à colonização de áreas degradadas, bem como à manutenção do fluxo gênico e o movimento da biota entre as unidades de conservação, que permitam o restabelecimento de populações ameaçadas de extinção localmente e que previnam a depressão endogâmica;

V - o contexto socioeconômico e a dinâmica de ocupação e uso do solo.

Artigo 4º - O corredor ecológico, com base na caracterização da área de estudo e em outras informações disponíveis sobre o território, observados os estudos técnicos previstos no artigo 2º, poderá incidir especialmente sobre:

I - cursos d’água ou nascentes situadas entre unidades de conservação;

II - áreas de recarga de aquíferos e áreas úmidas de relevância para a dinâmica hidrológica das unidades de conservação;

III - porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, com importância para a conservação da biodiversidade, existentes entre unidades de conservação e que cumprem a função estabelecida para os corredores, principalmente os serviços ecossistêmicos de suporte;

IV - sítios de alimentação, abrigo ou reprodução de espécies da fauna entre unidades de conservação;

V - reserva legal, área de preservação permanente e outras áreas legalmente protegidas.

Artigo 5º - O traçado geográfico do corredor ecológico observará, sempre que possível, atributos naturais, como remanescentes de vegetação nativa, ou marcos reais de fácil visualização e identificação, tais como corpos hídricos, divisores de água e estradas.

Artigo 6º - A legislação vigente, em especial os Planos Diretores Municipais e demais instrumentos normativos de ordenamento territorial, deverão ser considerados na delimitação e normatização do corredor.

Artigo 7º - Na instituição do corredor ecológico deverão ser apresentadas as agendas positivas e as normas para proteção, conservação e recuperação dos atributos que justificaram sua criação, tais como:

I - as normas para supressão de vegetação natural deverão atender ao disposto no artigo 11 da Lei Federal 11.428, de 22-12-2006, e nos artigos 4º e 5º da Lei Estadual 13.550, de 02-06-2009, entre outros atos normativos, a fim de não interromper a conectividade;

II - a compensação pela supressão de vegetação natural, bem como outras formas de recomposição, será incentivada em corredores ecológicos;

III - as atividades produtivas deverão adotar as melhores técnicas e/ou tecnologias práticas disponíveis, a fim de evitar a disseminação de poluentes ou contaminantes químicos, biológicos ou físicos no corredor ecológico;

IV - os corredores ecológicos serão prioritários para projetos de pagamento por serviços ambientais, certificações, entre outros;

V - as obras, atividades e empreendimentos, incluindo os de utilidade pública e de interesse social, novos ou existentes, quando da emissão, renovação e regularização da licença ambiental, devem adotar medidas e programas para mitigação de impactos na conectividade.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (Proc. FF 2605/2019)

Resolução SIMA-18, de 6-3-2020

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Campos do Jordão

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente resolve:

Artigo 1º - Ficam designados os seguintes representantes para compor o Conselho com caráter consultivo do Parque Estadual de Campos do Jordão, como membros, para o biênio 2020/2022, nos termos da Resolução SMA 88, de 01-09-2017:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo: Diego Lustre Gonçalves, portador do RG 34.987.023-8, como titular, e Thiago Rocha Miranda, portador do RG 44.159.863-8, como suplente;

b) Pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo: Francine Gabriely de Toledo Vaz Motta, portadora do RG 43.449.873-7, como titular, e Eder Flores Lima, portador do RG 26.835.344-X, como suplente;

c) Pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento: Rosana Aparecida da Silva Lopes, portadora do RG 22.145.077-4, como titular, e Antonio Carlos Pries Devide, portador do RG 55.021.838-5, como suplente;

d) Pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP: Bruno Bangoinm de Oliveira, portador do RG 35.426.863-6, como titular, e Letícia Zanon Carvalho, portadora do RG 45.987.690-9, como suplente;

e) Pelo Município da Estância Turística de Campos do Jordão: Claudio Luciano Sirin, portador do RG 15.718.608-8, e André Luiz Elbis Barbedo, portador do RG 28.147.078-9, como titulares; e Ana Carolina de Souza Nascimento, portadora do RG 48.512.975-9, e Maria Aparecida da Costa Nodomi, portadora do RG 18.047.996-9, como suplentes;

f) Pelo Município da Estância Turística de Guaratinguetá: Reginaldo Joaquim José da Trindade, portador do RG 17.866.875-8, como titular, e Phelipe da Silva Campos Lopes, portador do RG 62.362.657-3, como suplente;

II - Da Sociedade Civil:

a) Pela Outward Bound Brasil - OBB: Marcos Aurélio Corrêa Gomes, portador do RG 24.564.970-7, como titular, e Andreas Gerhard Martin, portador do RG 22.695.468-7, como suplente;

b) Pela Vale Verde Associação de Defesa do Meio Ambiente: Sueleide Silva Prado, portadora do RG 16.945.541-5, como titular, e Ademir Fernando Morelli, portador do RG 16.156.963-8, como suplente;

c) Pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campos do Jordão: Benedito Tadeu de Sales, portador do RG 15.229.449, como titular, e Luís Ricardo Castellfranchi, portador do RG 8.972.560, da Associação Comercial e Empresarial de Campos do Jordão - ACE, como suplente;

d) Pelo Hotel Toriba: Carlos Warne Vianna Junior, portador do RG 23.410.565-3, como titular, e Ligia Eisenlohr, portadora do RG 11.927.051, da Associação Mantiqueira de Ecoturismo e Turismo de Aventura - AMATUR, como suplente;

e) Pelo do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP: Laszlo Karoly Nagy, portador do RNE-V711.582-E, como titular, e Daniel Righi Campos, portador do RG 27.568.891-4, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo - IFSP, como suplente; e

f) Pela Associação de Amigos do Gomerl - AAG Gomerl: Rogério Rabelo da Encarnação, portador do RG 32.264.214-0, como titular, e Adolpho Julio Camargo de Carvalho, portador